

Agroindústria, solução para o Distrito Federal?

PÓLO AGROINDUSTRIAL :

"No momento, o tema 'industrialização versus emprego' vem sendo amplamente discutido em Brasília.

O que pretendemos com a presente série de artigos é contribuir para o fortalecimento dos debates em torno da matéria, pois acreditamos na relevância da participação coletiva para que se tornem de domínio público aquelas propostas de soluções consideradas viáveis e que objetivam a resolução dos problemas que mais afligem os aglomerados sociais no chamado mundo em desenvolvimento".

José Everaldo Ramalho

O acelerado crescimento demográfico de Brasília tem preocupado as autoridades governamentais e provocado o debate, do qual participa também a sociedade civil, em torno das reais possibilidades de industrialização do Distrito Federal com vistas a atender à crescente demanda de empregos na Capital da República e pequenos centros urbanos limítrofes.

No quadro geral da problemática do desenvolvimento econômico e social do Brasil, pode-se afirmar que o Distrito Federal vê-se tomado pelas discussões de propostas de soluções para as mesmas disfunções sócio-econômicas existentes ao nível das demais regiões brasileiras.

No contexto do desenvolvimento, não há como fugir, o problema da oferta de empregos está basicamente vinculado às possibilidades regionais de industrialização.

No momento, no Distrito Federal, o problema da industrialização e do emprego é discutido com predominância de duas correntes. A primeira defende a manutenção de Brasília, conforme o plano inicial de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, apenas como centro administrativo nacional, com uma oferta de empregos predominantemente gerada pelo setor terciário, de serviços. A segunda apresenta a possibilidade, e para tal oferece estudos, de industrializar o Distrito Federal pela implantação de indústrias de médio porte não poluentes. Argumenta, esta segunda corrente, com a presença de empresas brasilienses de porte tão significativo que chegam a ser incluídas entre aquelas consideradas grandes empresas nacionais.

O que pretendemos é apresentar uma terceira proposta, argumentando ser a mesma a solução mais viável e condizente com a realidade sócio-econômica do Distrito Federal, inserido na grande Região Geoeconômica de Brasília, que seria a via da agroindustrialização.

Assim, se devidamente planejado e executado, acreditamos que o desenvolvimento de Brasília e da Região Geoeconômica via a agroindustrialização pode proporcionar soluções para o problema da oferta de empregos para as populações que se deslocam de todos os recantos do país para a região, aliviando-se também o fluxo migratório para Brasília.

Contrariando os planos iniciais de construção de uma cidade cuja finalidade única seria a de dispor apenas de serviços básicos para a manutenção de um centro administrativo para suporte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado brasileiro, o crescimento acelerado de Brasília nos seus primeiros vinte anos provocou o surgimento de graves disfunções sócio-econômicas no espaço geográfico que constitui o Distrito Federal.

Hoje sabemos que a decisão de implantar o Distrito Federal no Planalto Central, o surgimento de Brasília e da Região Geoeconômica foram consequência natural do processo global de desenvolvimento da economia brasileira. Não há mais dúvida, Brasília e a vasta área sob sua influência direta surgiram como decorrência da etapa de crescimento e consolidação do setor industrial brasileiro a partir dos anos cinquenta: tanto o crescimento e a diversificação das atividades econômicas quanto a intensificação das diferenciações espaciais provocou a necessidade de interiorização do desenvolvimento, proporcionando concretamente o surgimento da Nova Capital.

Com a construção de Brasília toda uma região foi sacudida e incentivada quanto às reais possibilidades de integração no processo de desenvolvimento global pelo qual passava o país. O imenso canteiro de obras que surgiu no Planalto Central, por força da construção de uma nova capital federal, atraiu e empregou milhares de marginalizados da força ativa de trabalho de outras regiões brasileiras. De início, o setor de construção civil contribuiu decisivamente para gerar milhares de empregos no espaço geográfico destinado à instalação do novo Distrito Federal e na sua circunvizinhança.

Mesmo nos dias de hoje, como representante do setor secundário, a indústria da construção civil ainda presta inegável contribuição como gerador de empregos em Brasília.

Além da construção civil, o setor terciário, de serviços, cresceu substancialmente em decorrência das novas exigências surgidas com a consolidação definitiva de Brasília.

Porém, torna-se cada dia mais evidente a incapacidade de o setor secundário da construção civil e do setor de serviços absorverem a crescente demanda por empregos gerada pelas milhares de famílias que para Brasília se deslocam.

Por outro lado, os fluxos migratórios em direção ao Distrito Federal não puderam e, nem podem, ser interrompidos apenas com a promulgação de leis. Brasília é, mais do que no início de sua construção, pólo de atração de populações marginalizadas de outras regiões brasileiras. Contribui para o aumento desses fluxos migratórios, decisivamente, a melhoria da malha rodoviária nacional e dos meios de transporte e comunicações em geral nas duas últimas décadas, além do nível das remunerações salariais oferecidas pelos governos federal e local, do padrão habitacional da cidade, e dos serviços básicos gratuitos tais como complexos educacionais e hospitalares.

Acrescente-se, ainda, a permanência do sistema brasileiro de posse e uso da terra que, hoje mais do que no passado recente, volta-se definitivamente para a modernização acelerada do setor primário, contribuindo para o aumento crescente dos fluxos migratórios meio rural/ centros urbanos.

Desta forma, é evidente que não será possível absorver os milhares de indivíduos que para a Região Geoeconômica se deslocam a procura de novas oportunidades de ocupação, e nem mesmo aqueles que já constituem a mão-de-obra excedente local, sem o planejamento adequado de novas estruturas de produção geradoras de empregos e voltadas para o aproveitamento da potencialidade regional que é, não resta dúvida, o desenvolvimento da agricultura nos solos de cerrado.

O que as autoridades governamentais e técnicos locais sabem, e não podem negar, é que será absolutamente impossível continuar gerando novos empregos apenas contando com os investimentos do subsetor de construção civil, que a cada dia mais se desativa, e com aqueles decorrentes da ampliação e crescimento do setor de serviços. A tendência manifesta do subsetor de construção civil, no caso do Plano Piloto e Cidades-Satélites, é a liberação crescente de mão-de-obra. Já o setor de serviços, que poderia constituir-se na opção natural absorvedora da mão-de-obra liberada pela construção civil, cresce oferecendo ocupações que podem ser categorizadas como subempregos e empregos aparentes ou disfarçados. Acresça-se, ainda, que os segmentos mais nobres do setor de serviços desenvolvem-se em função de tecnologia que exige mão-de-obra cada vez mais altamente qualificada. É evidente, pois que não serão operários liberados pela indústria da construção civil os profissionais em potencial para ocuparem posições com a acelerada modernização do setor. Tudo indica que, com a desativação do setor de construção civil, seu destino será, infelizmente, a marginalização na periferia de Brasília, poderão contribuir não para o desenvolvimento regional, mas sim para engrossar os grupos sociais que, abandonados, não têm outra saída senão pressionar o governo constituído e os demais grupos da sociedade.

O Distrito Federal, portanto, tem que encontrar, a exemplo das demais regiões brasileiras, soluções para o problema do emprego e da industrialização condizentes com a sua realidade, viáveis de execução no quadrilátero sob sua responsabilidade, e, se possível, as alternativas de soluções propostas pelo Governo do Distrito Federal deverão contemplar a possibilidade de atuação integrada com os governos dos Estados responsáveis pelos municípios incluídos na área definida como Região Geoeconômica de Brasília.

Em nosso entender, repetimos, a solução mais viável e condizente com a realidade sócio-econômica do Distrito Federal e da Região Geoeconômica de Brasília, seria a via da agroindustrialização.

Nos artigos que se seguirão no decorrer desta semana, e antes de apresentarmos uma proposta concreta de políticas para incentivar o desenvolvimento agroindustrial no Distrito Federal e na Região Geoeconômica de Brasília, teceremos algumas considerações sobre as relações tradicionais entre a agricultura e a indústria, sobre as possibilidades de integração entre a cidade e o campo no mundo em desenvolvimento, bem como a respeito da potencialidade da produção agropecuária nos cerrados.